

## SUMÁRIO

---

<b>Capítulo I – INTRODUÇÃO</b> .....	23
1.1 Direitos Humanos .....	23
1.1.1 Evolução histórica: proteção social e tutela jurídica .....	23
1.1.2 A interpretação e aplicação para o uso correto dos Direitos Humanos .....	31
1.1.3 Organismos de defesa dos Direitos Humanos .....	35
1.2 Ministério Público: Funções Institucionais e Antecedente .....	38
1.3 Histeria Universal do Direito Penal – Direitos Humanos <i>Versus</i> Terror, Inquisição, Fascismo, Ditadura e Autoritarismo .....	45
1.4 Estórias Universais do Direito Penal – <i>Direitos Humanos: Mitos, Ficções, Folclores, Lendas, Fábulas e Superstições</i> .....	59
<b>Capítulo II – PROMOTOR DE JUSTIÇA: E OS PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL DEMOCRÁTICO E HUMANITÁRIO</b> .....	69
2.1 Garantias Fundamentais Individuais e a Hierarquia dos Direitos Humanos .....	69
2.2 Princípio da Igualdade Ante a Lei e do Tratamento Perante os Tribunais .....	73
2.2.1 Princípio da Obrigatoriedade da Ação Penal .....	79
2.3 Princípios da Legalidade, da Reserva Legal e da Humanidade .....	81
2.3.1 Aplicação de pena abaixo do mínimo cominado – Princípio de humanidade ou <i>pro homine</i> .....	84
2.4 Princípios da Presunção de Inocência (ou da não Culpabilidade), da Plenitude de Defesa e do Contraditório .....	86
2.5 Tribunal do Júri e o Devido Processo Legal no Estado Democrático .....	101

2.6	Procedimento Acusatório Democrático para Todas as Espécies de Crimes e/ou de Processos – Direitos Humanos, Constituição Federal e Lei 11.719/08.....	104
2.7	Revisão Criminal e Direitos Humanos .....	110
2.8	Erro Judiciário e Direitos Humanos .....	121
2.9	Jurisprudência Criminal Democrática e os Direitos Humanos – Hermenêutica, Teoria Geral do Ordenamento Jurídico e o Garantismo Penal.....	136

### **Capítulo III – ORDENAMENTO JURÍDICO E OS DIREITOS HUMANOS.....**

3.1	Teoria Geral do Ordenamento Jurídico e os Direitos Humanos .....	145
3.2	Princípio do Promotor Natural e os Direitos Humanos .....	153
3.3	Ônus da Prova Ministerial e os Direitos Humanos.....	157
3.4	O Poder Político-Jurídico-Penal dos Chefes Supremos do Ministério Público.....	160
3.5	O <i>Ombudsman</i> e os Direitos Humanos.....	164
3.6	Os Tribunais do Santo Ofício: A Acusação de Ontem e de Hoje – Direitos Humanos e Direito Penal Contemporâneo – <i>As heranças da repressão no Estado Democrático</i> .....	167
3.7	Promotor de Acusação ou Promotor de Justiça? Direitos Humanos e o Ministério Público Democrático do Brasil .....	185
3.8	Absolvição Criminal pelo Ministério Público .....	201
3.9	Medida de Segurança: Teoria Finalista da Ação X Teoria Vicariante.....	214
3.10	Juizado Especial Criminal e os Direitos Humanos das Vítimas .....	228
3.10.1	Valor do <i>quantum</i> da pena de multa e pecuniária .....	232
3.10.2	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	234
3.10.3	Representação criminal e os direitos humanos da vítima .....	235
3.10.4	Delitos a serem excluídos do rol de competência do Juizado Especial Criminal .....	237
3.10.5	Infrações penais praticadas por maiores de 18 e menores de 21 anos de idade .....	238
3.10.6	Transação em perspectiva quando a pena ( <i>in concreto</i> ) a ser aplicada não for superior a 4 anos .....	243
3.10.7	Perdão no Juizado Especial Criminal .....	246

### **Capítulo IV – MODELOS DE PROMOÇÕES MINISTERIAIS.....**

4.1	Denúncia.....	251
-----	---------------	-----

4.2	Instauração de Investigação Criminal Direta pelo Ministério Público ...	259
4.3	Alegações Finais (Absolvição por Falta de Prova).....	261
4.4	Alegações Finais com Provas Concretas e Suficientes para a Condenação – Procedência da Ação Penal .....	263
4.5	Prisão Preventiva (Desnecessidade) .....	270
4.6	Prisão Preventiva e os Direitos Humanos da Vítima .....	271
4.7	Liberdade Provisória.....	276
4.7.1	Com ou sem fiança.....	276
4.7.2	Relaxamento da prisão: vício no flagrante, carência de assistência de defensor ( <i>writ</i> ).....	278
4.7.3	Excesso de prazo (Investigação Policial) .....	281
4.8	Arquivamento de Inquérito Policial.....	283
4.8.1	Inexistência de dolo/estado emocional do agente.....	283
4.8.2	Inexistência de prova.....	284
4.8.3	Questão trabalhista .....	286
4.8.4	Quadilha/Bando .....	287
4.8.5	Falta de interesse de agir e/ou carência de justa causa – Respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana – Ônus ministerial.....	289
4.9	Promoção Ministerial de 2º Grau.....	292
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>311</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>314</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>337</b>